

Cultura e educação no Mundo Grego

(esboços)

Carlos Rodrigues Brandão

A educação e os ideais da cultura grega

Alguns estudiosos do alvorecer da educação, quando na Grécia Clássica ela começou a ser pensada e vivida como uma escolha, uma vocação, uma prática e uma política, logo, como uma questão social e um dilema que obrigam a um refletir e a um agir que envolve tanto o filósofo quanto o educador, (não raro ambos na mesma pessoa), recordam que ao longo de sua história, entre Homero e Sólon, a educação grega oscilou entre dois polos de uma sempre possível, mas difícil interação.

Em seus primeiros momentos, entre os primitivos “reinos” da Hélade (lembrar a Ítaca da Ulisses) e das cidades-estado (lembrar Esparta, Tebas e Atenas), a formação do “homem grego” através da *paidéia*, ou seja, da educação regular e escolar, era um direito da comunidade política – a *polis* – e um dever da pessoa destinada e convocada a estudar e a educar-se. Logo, ela era um dever imposto à família responsável por uma criança ou um jovem como uma obrigação para com o Estado.

“Homem grego” aqui dever ser tomado num duplo sentido da palavra. Mesmo em tempos de Aristóteles ele acolhe homens e não mulheres – à exceção originalmente de Esparta – envolve gregos e não os “bárbaros” - isto é, “todos dos outros de todos os povos” - e abarca apenas os “cidadãos” já formados ou em formação. Ou seja, os filhos das famílias que compunham a cidadania da *polis*, de que estavam excluídos os camponeses, os artesãos e, claro, os escravos.

O sujeito-livre era educado para servir à sua *polis* e a ela devia a sua formação. A educação foi originalmente um direito do Estado e um dever da pessoa. Atingir a *arete*, através da sequência de aprendizados e praticas da *paidéia* equivalia a formar-se e aperfeiçoar-se para, individualmente, realizar ao longo de uma vida de-quem-estuda-e-aprende um ser-humano na plenitude de si-mesmo. E o lugar de aferição desta excelência de realização do belo, do bem e do verdadeiro em uma pessoa educada, não era ela própria. Era a sua *polis*. Era a comunidade política à qual ela estava destinada a servir, justamente por haver estudado para tornar-se uma “pessoa cidadã”. Um alguém cuja medida do que aprendeu resolvia-se na qualidade de sua presença e participação entre os negócios da *polis*, isto é, os deveres devidos à uma cidade-estado.

Assim, à dimensão em que em uma pessoa educada resolvia-se em uma *sophia* que através da interação com uma ética, com uma estética e mesmo com uma erótica, realizava-se afinal como uma política. Três eram então as virtudes essenciais do “homem grego”: *sophia* (sabedoria), *andréia* (coragem) e *sophrosine* (temperança).

Sócrates educou-se para servir a Atenas, primeiro como um soldado exemplar e, depois, como um filósofo e um educador. Quando Atenas desconfiou dos rumos de seu ensino público, realizado entre praças e ginásios onde os jovens (e as jovens, em Esparta) exercitavam ao mesmo tempo “o corpo e a mente”, ele foi acusado de “perversão”, foi julgado publicamente pelos seus pares e foi condenado à morte.

Séculos foram necessários para que a primeira direção da dívida política através da pedagogia grega fosse em parte ou no todo – bem mais tarde – invertida. Apenas com o advento de uma Grécia não mais centrada em cidades-estado, e após dois ou três milênios de experiências, guerras e polêmicas, é que a educação do homem grego alterou a relação entre os seus polos, e passou a ser um dever do Estado e um direito da pessoa.

A plena realização de si-mesma através da formação escolar – mas não apenas dela – torna-se um direito individual da pessoa-educanda e, por extensão, de suas comunidades de afiliação: a família, a parentela, o clã. A educação salta do coletivo da comunidade política para a individualidade da pessoa pertencente a ela. O estoicismo será em uma Grécia já bem para além de Sócrates, Platão e Aristóteles, a filosofia desta progressiva mudança. Passa a ser então em nome da plenitude da realização de um si-mesmo - agora pensado como uma pessoa-de-direitos e não apenas um Cidadão-para-o-Estado - que o jovem grego vai à escola e recebe a sua formação, entre o *pedagogo* que o conduz pela mão da casa à escola, e que não raro é o seu primeiro mestre doméstico, e o professor que em uma escola não raro situada no mercado ensina ao jovem as “primeiras letras” e as “primeiras contas”.

Com o advento do cristianismo e, sobretudo, através da difusão das ideias cristãs de Paulo de Tarso (um judeu de formação grega) uma inversão mais radical do sentido da formação humana salta de sua realização plena “aqui na Terra” e ao longo da vida, em direção a uma preparação da pessoa para o cumprimento de seu destino “aqui na Terra” e depois e fora dela. Eis também o momento em que pela primeira vez a educação salta dos limites de uma sociedade nacional para o círculo imaginário e bastante mais amplo de uma “humanidade”.

Vista através desta ótica podemos compreender que até os nossos dias uma oposição entre uma educação a serviço de um poder de Estado a que serve a pessoa educada *versus* uma educação para a realização de um si-mesmo a quem serve o Estado, divide ideias, imaginários e ideologias na educação. E não apenas nela. Em uma direção e na outra um afã de encontrar um ponto de equilíbrio entre uma vocação da educação e a outra tem sido um desafio entre educadores, entre pensadores da educação e entre pensadores da sociedade e da pessoa através da educação.

Trago agora o depoimento de um dos estudiosos da educação com quem aprendi boa parte do que escrevi acima. Talvez Werner Jaeger exagere um pouco naquele que eu considero o mais belo, denso e completo livro sobre a educação dos seres humanos. Na página 1347 de *Paidéia – a formação do*

homem grego, já quase ao final do livro e também ao final das muitas páginas dedicadas ao pensamento político e pedagógico de Platão, Jaeger escreve a expressão “educação popular”¹. Pelo menos assim o que ele escreveu foi traduzido para o Português e, imagino, para o Espanhol.

E esta foi, até onde eu me lembro, a única vez em que vi estas duas palavras aparecerem juntas em um livro sobre a educação de povos da antiguidade. E Werner Jaeger vai além, ao afirmar que entre os gregos, e talvez pela primeira vez de forma explícita e como um programa de Estado, é o aristocrata Platão quem reclama uma *paidéia* para o conjunto de todas as pessoas de uma *polis*. Vejamos bem, ele não defende uma educação escolar apenas para homens e para sujeitos-cidadãos, mas uma educação por igual estendida a todas as categorias de pessoas da sociedade. Ou quase todas, pois não fica claro se nela estariam os escravos incluídos.

Jaeger lembra que Platão vai mais além ainda do próprio Sócrates, com quem aprende a filosofar, e muito mais além dos sofistas com quem polemiza ao longo da vida, ao reclamar para “o povo” não apenas a instrução funcional que gera o homem-prático-destinado-ao-trabalho-manual, mas uma formação integral que educa, forma e aperfeiçoa o sujeito-teórico-destinado-ao-trabalho-político, E “político” deve ser lido aqui no sentido ancestralmente grego desta palavra: o sujeito corresponsável pela gestão de sua *polis*. Um sentido ao longo dos séculos retomado por vários educadores, de que Paulo Freire será apenas um entre outros pensadores e homens de ação próximos. “Teórico” também deve ser pensado em seu sentido grego original, como aquele que de algum lugar observa algo e pensa criticamente o que vê e compreende, para em seguida agir crítica, isto é, politicamente.

Dou a palavra a Werner Jaeger:

*Na realidade a criação dum sistema completo de educação elementar, encarado como **Paidéia** do povo e base da alta educação de que nas obras anteriores se ocupara, constituiu uma das mais audaciosas inovações de Platão, digna do seu grande gênio educativo. É o último passo para a realização plena do programa do movimento socrático, um passo chamado a ter uma importância incalculável, apesar de nenhum legislador do seu tempo se ter sentido tentado a tornar realidade o ideal platônico duma educação geral da massa do povo. Como se pôs em evidência, foi quando a educação pretendeu ser mais do que uma aprendizagem meramente técnica e profissional, com o primitivo ideal aristocrático de formação da personalidade humana no seu conjunto, que, como sempre sucede no mundo, a história da **paidéia** grega começou. Este ideal de **arete** foi transplantado para*

1. Tenho comigo duas edições deste livro em Português. Uma, mais antiga, é da Editora Herder, de São Paulo e da Editorial Aster, de Lisboa, e não traz a data em lugar algum. A outra é uma edição mais atual e foi publicada pela Editora Martins Fontes, de São Paulo. Tenho comigo a 3ª edição, de 1995. Sei que há excelentes edições deste livro essencial em Espanhol.

a educação dos cidadãos que, sob novas condições sociais da Cidade-Estado grega do período clássico, desejavam participar na **kalokagathia** das classes mais cultas; mas, mesmo na democracia ateniense esta missão estava inteiramente confiada à iniciativa privada individual². O passo revolucionário que Platão dá nas **Leis** e que constitui a sua última palavra sobre o Estado e a educação consiste em instituir uma verdadeira **educação popular** a cargo do Estado. Platão atribui nas **Leis** a este problema a mesma importância que na **República** concedia à educação dos governantes. E é lógico que assim seja; com efeito, onde é que este problema havia de encontrar a atenção merecida, senão no Estado educativo das **Leis**, baseado na harmonia ideal entre o governo e a liberdade? ³

2. Werner Jaeger lembra que não existe em nossas línguas uma palavra que bem traduza o sentido grego de *arete*. “Virtude” seria a mais próxima, mas é ainda imperfeita. Atingir a *arete* era o ideal primeiro da aristocracia homérica, depois, do cidadão grego dos tempos de Sócrates. E elevar o homem a uma sempre aperfeiçoável *arete* era o supremo ideal da educação grega. A palavra deve ser pronunciada *aretê*.

Entenda-se bem que o eu não é o sujeito físico, mas o mais alto ideal de Homem que o nosso espírito consegue forjar e que todo o nobre aspira a realizar em si próprio. Só o mais alto amor deste eu, em que está implícita a mais elevada arete. (Paidéia: 32, na edição original em Português, sem data).

3. Na edição de onde extraí a citação, todo este texto vem dentro de []. E está escrita a seguinte observação do tradutor: *O texto entre [] não consta na edição alemã; foi acrescentado pelo autor na edição espanhola revista pelo autor – NT.* Esta observação do tradutor de *Paidéia* é extremamente instigante. Afinal, quais os motivos pelos quais uma passagem tão relevante compareça na edição espanhola entre colchetes, e não exista na edição original em alemão? Observemos que a tradução espanhola foi revista pelo autor, o que descarta a ideia de que de forma ousada e não muito honesta o tradutor a tivesse incluído por conta própria. Terá Werner Jaeger aprendido com os espanhóis o que os alemães não lhe ensinaram? Ou terá ele ousado deixar na edição em Espanhol o que não se atreveu a escrever na alemã? Terá ele deixado em uma edição e negado na outra uma afirmação de resto bastante controvertida em Platão? Platão, bastante mais aristocrata do que seu mestre, Sócrates, teria no final de sua vida “democratizado” tanto as suas ideias políticas a ponto de estender direitos de cidadania e, entre eles, o de uma educação popular oferecida pelo estado a todos os habitantes da *polis*, e não apenas à restrita categoria dos “cidadãos” de seu tempo, da qual ele mesmo fazia parte? Na citação acima de *Paideia* todas as palavras grifadas são do autor, menos *educação popular*, que corre por minha conta.

BIBLIOGRAFIA

JAEGER, Werner

Paidéia – a formação do homem grego

1995 (3^a edição, Livraria e Editora Martins Fontes, São Paulo)